



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
TEOLOGIA – BACHARELADO**

CÁSSIO RODRIGO PAULA SILVEIRA

**DESVENDANDO O CLERICALISMO:
A Relação entre Poder Secular e a Visão de uma Igreja acolhedora,
no pensamento do Papa Francisco.**

Goiânia - GO

2024/1



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
TEOLOGIA – BACHARELADO

DESVENDANDO O CLERICALISMO:
A Relação entre Poder Secular e a Visão de uma Igreja acolhedora,
no pensamento do Papa Francisco.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, Curso de Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Mariosan de Sousa Marques

Goiânia - GO

2024/1

Dedico este trabalho à minha esposa Andressa S.S. Silveira e à minha filha Teresa S. Silveira, pelo apoio ao longo de todo o meu caminho.

RESUMO

Chamamos de clericalismo, as atitudes autoritárias do clero, justificadas por seu status ontológico e pelo poder hierárquico, fundamentado ao longo do tempo. Embora não seja possível determinarmos com precisão onde e como surgiu o clericalismo, podemos encontrar suas raízes nas relações de poder construídas a partir do surgimento das Hierarquias eclesiásticas, por volta do século IV. O clericalismo se apresenta como uma estrutura de poder secular, que distorce o sentido de Igreja e rompe com a comunhão entre os fiéis. Para isso, procedemos a uma revisão bibliográfica, incluindo textos da historiografia moderna, Sagrada Escritura e Magistério da Igreja. Para compreender o pensamento do Papa Francisco e sua proposta eclesiológica, buscamos na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, nosso ponto de apoio. Como resultado de nossa pesquisa, pudemos compreender que o clericalismo é um conjunto de práticas e não uma teoria. Acreditamos que esta pesquisa poderá ajudar na reflexão sobre o tema do clericalismo, tanto no sentido acadêmico quanto pastoral.

Palavras-chave: Clericalismo Sacerdotal; Hierarquia; Poder; Igreja; Missão; Acolhedor.

ABSTRACT

*We call clericalism the authoritarian attitudes of the clergy, justified by their ontological status and hierarchical power, founded over time. Although it is not possible to determine precisely where and how clericalism emerged, we can find its roots in the power relations built from the emergence of ecclesiastical Hierarchies, around the 4th century. The objective of our work is to understand clericalism as a secular power structure, which distorts the meaning of the Church and breaks communion among the Faithful. In this regard, we carried out a bibliographical review, including texts from modern historiography, Sacred Scripture and the Magisterium of the Church. In order to understand Pope Francis' thinking and his ecclesiological proposal, we look to the Apostolic Exhortation *Evangelii Gaudium*, our support point. As a result of our research, we were able to understand that clericalism is a set of practices and not a theory. We believe that this research can help in reflecting on the topic of clericalism, both in an academic and pastoral sense.*

Keywords: Clericalism; Hierarchy; Power; Church; Mission; Welcoming

LISTA DE SIGLAS

CIC: Codex Iuris Canonici, Código de Direito Canônico

DAP: Documento de Aparecida

EG: Evangelii Gaudium, Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, Papa Francisco

LG: Lumen Gentium, Constituição Dogmática sobre a Igreja, Concílio Vaticano II

DV: Dei Verbum, Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, Concílio Vaticano II

SC: Sacrosanctum Concilium, Constituição Dogmática sobre a Sagrada Liturgia, Concílio Vaticano II

PO: Presbyterorum Ordinis, Constituição Dogmática sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros, Concílio Vaticano II

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
1. ESTRUTURAS DE PODER.....	8
1.1 Aproximação Igreja e Estado.....	8
1.2 A constituição do patrimônio eclesiástico	11
1.3 A feudo clericalização dos séculos XI-XII	13
1.4 Trocas culturais e relações de poder	14
2. CLERICALISMO(S) E IDENTIDADE ECLESIAL.....	16
2.1 Idade moderna e secularismo	16
2.2 Igreja e perda de poder.....	17
2.3 A comunhão eclesial e o clericalismo contemporâneo	18
2.4 Discípulos missionários com vocações específicas: presbíteros e fiéis leigos	19
2.4.1 Identidade e missão dos presbíteros.....	21
2.4.2 Fiéis leigos e leigas, discípulos e missionários no mundo	23
3. SINAL DOS TEMPO.....	24
3.1 Idade moderna e secularismo	25
3.2 Concilio Vaticano II: ruptura ou continuidade?	27
3.3 Sobre o clericalismo	28
3.4 Tempos de conversão	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	34

INTRODUÇÃO

O Clericalismo é uma palavra que surge no século XIX, porém, enquanto fenômeno, podemos encontrar seus vestígios em tempos mais remotos. Embora fosse compreendido, na época da Revolução Francesa, como a “intervenção da Igreja em assuntos Seculares”, com o passar do tempo assumiu outros significados, com viés negativo e profundo. Na verdade, o clericalismo contemporâneo, do século XXI, se associa a um conjunto de práticas de poder, alicerçadas sobre o conceito de autoritarismo velado sobre uma autoridade que nega, distorce e macula a Imagem de Jesus Cristo e de sua Igreja, tornando-a excludente, arbitrária e, por vezes, perseguidora do povo de Deus.

Não temos um documento específico ou mesmo uma Exortação Apostólica, até o momento, sobre o tema, no entanto, considerando o projeto de Igreja exposto na *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, percebemos sua relevância, considerando que o clericalismo não admite mudanças, mas permanências justificadas pelo autoritarismo.

A postura anti clericalista do Papa Francisco, tem deixado claro a relevância do tema. Acreditamos que nossa pesquisa poderá contribuir para uma reflexão mais profunda da relação entre clericalismo e poder secular. Para isso pretendemos identificar elementos do clericalismo na Idade Média, destacando o distanciamento ocorrido entre o clero e os fiéis leigos, a partir da constituição da hierarquia da Igreja e sua proximidade com o poder secular.

À medida em que a pesquisa avançava, algumas questões se apresentaram como relevantes para nós: teria a Igreja se aproximado do poder temporal por medo de novas perseguições? De que maneira isso foi benéfico para ela, enquanto Instituição? Qual a relação entre clericalismo e hierarquia? Por que Papa Francisco está frequentemente voltando a esse assunto ao conversar internamente com os membros do clero? Acreditamos que a Igreja não esqueceu suas origens, mas teve que se adaptar às circunstâncias históricas. A conversão dos monarcas europeus fez com que o poder “naturalmente” fosse concedido à Igreja, como uma forma de reconhecimento de sua importância no processo de coesão social. Quando o poder é assumido como capacidade de se submeter o outro em benefício próprio, temos aí o ingrediente do clericalismo.

Em uma sociedade fortemente marcada pelo poder econômico, político e social, a retomada do conceito de serviço, escuta, conversão, poderá apontar

caminhos para uma sociedade mais justa e fraterna. Cabe à pesquisa teológica, apresentar referenciais que possam ajudar a sociedade a ser mais humana, diante da Revelação divina de um Deus que não cessa de se comunicar aos homens por meio dos acontecimentos.

Nossa pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os principais fatos históricos que atestam a aproximação entre Igreja e Estado e como esta proximidade fez com que a Igreja se tornasse detentora de poder um poder secular. Este poder fez com que houvesse um distanciamento entre o clero e os fiéis leigos. No segundo capítulo, procuramos mostrar historicamente o distanciamento entre o mundo secular e a Igreja. Também utilizamos o Documento de Aparecida para destacarmos o lugar do presbítero e dos leigos na comunhão eclesial. Já no terceiro capítulo, procuramos delinear o modelo de Igreja pensado pelo Papa Francisco, a partir da análise de alguns capítulos da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, mostrando a incompatibilidade deste modelo com o clericalismo contemporâneo.

Como metodologia utilizamos a revisão bibliográfica dos documentos *Evangelii Gaudium* e do *Documento de Aparecida*, além de artigos e textos referentes à história da Idade Média. Esta metodologia nos ajudou a examinar os textos, interpretar seu conteúdo, compreender o contexto histórico e os significados teológicos, além de contribuir para a compreensão e argumentação do tema estudado.

Enfim, não temos a pretensão de esgotarmos o assunto, mas provocarmos uma reflexão sobre o tema, de maneira que, trazendo-o à tona, possamos caminhar em direção a uma “conversão dos costumes”.¹

1. ESTRUTURAS DE PODER

Trataremos, neste capítulo, da aproximação entre a Igreja e o Estado, destacando o envolvimento da Igreja com o poder temporal e, em seu interior, do distanciamento entre o clero e os fiéis leigos. Este distanciamento contribuirá para o que, mais tarde, chamaremos de clericalismo.

1.1 Aproximação Igreja e Estado

¹ ESTATUTO DOS OBLATOS DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 2022. Capítulo V – Da Espiritualidade dos Oblatos.

Para o historiador Hilário Franco Júnior, a Igreja se via em uma situação que, embora parecesse contraditória, se mostrava a base de seu poder na Idade Média²: a negação e preservação de elementos da romanidade. Esta condição, tornava possível o “diálogo”, tanto com romanos quanto com povos estrangeiros. Ao se aproximar dos quadros do Império romano, o qual se encontrava em uma situação de esfacelamento, por volta do século III da era cristã, a Igreja foi, gradativamente, preenchendo as lacunas deixadas por esse mesmo Império, o que lhe garantiu uma identificação com o Estado já em fins do século IV, quando se tornara religião oficial.

Segundo o historiador Hilário Franco Júnior, diante da possibilidade real de tornar-se herdeira do Império, fazia-se urgente a constituição de sua própria hierarquia, garantido, deste modo, a supervisão e a realização dos ofícios religiosos, a orientação dos dogmas, a execução de obras sociais e o combate ao paganismo. A colocação feita pelo historiador, nos faz acreditar que a Igreja buscou se organizar para ocupar o lugar do próprio Império Romano, o que não corresponde aos fatos. A compreensão de Hierarquia, para a Igreja, não é a mesma para o mundo secular. Para a Igreja, a hierarquia é algo natural e nos remete ao próprio Deus que estabeleceu uma ordem de precedência entre as coisas. Trazer uma maior organização para as atividades da Igreja, tornaria muito mais efetivo o trabalho de evangelização. E mais, a compreensão de Poder para a Igreja, desde os tempos apostólicos, sempre foi o serviço e não a capacidade de submeter o outro por meio da força física ou psicológica.

“ O poder que advinha da concentração de todas essas atividades, era naturalmente aceita pela maioria dos cristãos, já que dentro da organização de uma sociedade estamental, Deus se “encarregara” de definir o que caberia a cada estamento. Assim, o clero teria se formado pela transferência de poder divino, através da sucessão de seus membros os quais constituíam uma comunidade sagrada.³”

Embora a historiografia insista em considerar como sagrada apenas o clero, a Igreja não é formada apenas por esta ordem, mas também pelos leigos que, através do batismo, são iguais ao clero em dignidade. E, neste sentido, toda a Igreja é sagrada por se constituir como corpo, cuja cabeça é o próprio Cristo Jesus.

² FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Pág. 67

³ FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Pág. 68

Para o historiador Hilário Franco Júnior, nos primeiros tempos não havia condições definidas para o acesso⁴ ao corpo eclesiástico. Somente a partir do século IV tivemos a determinação de que somente homens livres poderiam ingressar no clero. Proibiu-se a passagem direta do laicado para o episcopado, tornando-se necessário, antes, a execução de funções mais “modestas”. Com relação ao sustento, este advinha das esmolas dos fiéis⁵.

“O celibato não era obrigatório, mas recomendado⁶. A isenção de impostos, no século IV. e a criação de um tribunal próprio sob o qual também se encontravam os leigos, também realçam a diferenciação do clero com o restante do conjunto social⁷.” (Franco Júnior, 2001, p. 68)

De acordo com o historiador Hilário Franco Júnior, as heresias também contribuíram para a formação e organização da hierarquia eclesiástica: sendo o resultado de sincretismos, puderam reunir e organizar componentes de várias crenças da época, tornando o cristianismo mais facilmente assimilável⁸, porém passível de interpretações discordantes do pensamento oficial do clero. Para Franco Júnior, qualquer ideia que parecesse herética era, então, submetida à apreciação do bispo local, o qual submetia a questão a seus pares nas assembleias episcopais e sínodos, que se reuniam desde meados do século II. Questões doutrinárias eram debatidas, sobretudo, em Concílios ecumênicos, que congregavam bispos de todas as regiões, expressando a universalidade da Igreja.

Para Franco Júnior, “a criação de uma Monarquia Eclesiástica, poderia preservar, de modo mais eficaz, a unidade da cristandade, tantas vezes ameaçada por pensamentos discordantes ou heréticos, como o arianismo.” Sua compreensão é de que a Igreja poderia simplesmente utilizar-se de seu prestígio junto ao Estado para determinar sua vontade, impor suas ideias, quando o que a Igreja deseja é que se chegue à verdade, que é o próprio Cristo. Não é título, em si, de Papa, que garante

⁴ Acreditamos que o termo acesso não seja o mais adequado, mas Pertença, uma vez que se refere à resposta dada ao próprio Deus que chama. Ter acesso, seria mais adequado ao quadro hierárquico do Império Romano e não da Igreja.

⁵ “Não sabeis que os que desempenham funções sagradas vivem dos rendimentos do templo, e os que servem ao altar têm parte no que é oferecido sobre o altar?” 1 Coríntios 9,13.

⁶ A primeira legislação surge na Espanha, onde o sínodo de Elvira em 306, proibiu o casamento aos clérigos, sob pena de destituição.

⁷ Para a Igreja, o celibato testemunha a total doação dos consagrados à Deus. Ele possui uma importante teologia que envolve o “entregar-se” em favor do “próximo” e não uma estratégia deliberada para que os bens doados à Igreja não fossem divididos.

⁸⁸ Para a Igreja, o Evangelho é assimilável por si mesmo, pois se trata da palavra de Deus. Pensar as heresias como uma ferramenta que tornou o cristianismo assimilável, é um equívoco.

autoridade ao Sumo pontífice, mas a certeza de que este foi investido pelo próprio Cristo, da Graça do Espírito Santo que lhe permite conduzir à Igreja. Sendo assim, a Sucessão Apostólica não é uma prerrogativa concedida pelo Estado, mas pelo próprio Deus, tendo o apoio e o reconhecimento da Igreja povo de Deus.

Franco Júnior afirma que “não houve, nos três primeiros séculos, uma busca consciente e deliberada de preeminência, por parte do bispo de Roma: isso foi se constituindo em razão das circunstâncias.” Por preeminência podemos entender o reconhecimento do bispo de Roma como autoridade não somente religiosa, mas também civil, considerando que este também tinha poder de interferir em assuntos seculares.

Por fim, Franco Júnior destaca que o crescente patrimônio do bispo romano, advindas de doações, somente seria possível em uma cidade com a população de Roma e, acima de tudo, local de residência do imperador. De qualquer forma, cada vez mais cedo passou-se a identificar a Sé romana com a Igreja, como diz o provérbio “*Ubi ecclesia, ibi Roma*”, isto é, “onde está a Igreja está Roma⁹”.

1.2 A constituição do patrimônio eclesiástico

Para Franco Júnior, foi em virtude de sua experiência e estrutura administrativa, de seu prestígio moral e de sua capacidade de penetração e atuação em todo o Ocidente cristão, que a Igreja se constituiu no arcabouço natural do Império Carolíngio e de suas pretensões imperialistas e unitárias. E mais, ela, e somente ela – argumentando com a Doação de Constantino – poderia transformar um rei germânico como Carlos Magno em um “Imperador Romano¹⁰”.

A princípio, o papado buscou, contra os lombardos, o apoio do chefe franco Pepino, o Breve, reconhecendo-lhe, em troca o título de rei. Por sua vez, Pepino entregou ao Papa Estêvão II em 754-756 terras na Itália central, dando origem ao Estado Pontifício. Como protetor da Igreja, o monarca franco promoveu uma reforma eclesiástica em seu reino, vinculando o episcopado ao poder real. Na mesma linha, regulamentou o pagamento de dízimo por parte dos fiéis¹¹.

⁹ FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Pág. 69

¹⁰ FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Pág. 70

¹¹ Costume antigo, ele era entregue espontaneamente até o sínodo de Mâcon em 585 torná-lo obrigatório sob pena de excomunhão e, em 765 Pepino dar-lhe peso de sanção estatal.

Estreitados, portanto, os laços entre Estado-Igreja, com o predomínio do Estado, na época de Carlos Magno, os clérigos participavam, então, do Conselho Real, os bispos tinham poderes civis e os cânones ganhavam força de lei. O monarca presidia os sínodos, punia os bispos, regulamentava com eles a disciplina eclesiástica e a liturgia, intervinha em questões doutrinárias.

Pouco a pouco a Igreja foi se enriquecendo e, segundo Franco Júnior, no começo do século V ela já era a segunda maior proprietária imobiliária do Ocidente¹², depois do Estado Romano e, em fins daquele século, e com o desaparecimento do Império, ela se tornara a maior proprietária. A chegada dos bárbaros não a prejudicou, pelo contrário, muitos indivíduos, diante da insegurança geral de então, entregaram suas terras ao “*patrocinium*” da Igreja¹³. Por outro lado, graças ao celibato clerical, o patrimônio eclesial não era dividido ou alienado.

“Ampliado pelas conquistas de Carlos Magno, esse patrimônio representava, no século IX, uma terça parte das terras cultiváveis do Ocidente cristão. Por tudo isso, Carlos Magno considerava-se o grande defensor da Igreja, alguém investido de verdadeiro sacerdócio, o responsável pela direção material e sobretudo espiritual de seu povo” (Franco Júnior, 2001, p. 72).

Apesar de não ter sido intenção clerical enfraquecer a monarquia, mas apenas de submetê-la ao controle episcopal, tal teoria, segundo Franco Júnior, contribuiu para aumentar a autonomia da nobreza, o que teve reflexos negativos sobre a Igreja, com a generalização do sistema de “*Igreja própria*”, já existente no século VII e que se estenderia até o século XII. Por ele, quando um latifúndio levantava uma Igreja ou mosteiro em suas terras, mantinha esse bem como plena propriedade, podendo vendê-lo, doá-lo ou transmiti-lo como herança. Podia apropriar-se das esmolas e dízimos recebidos pela Igreja ou mosteiro. Logo, tais “*Igrejas próprias*” escapavam à jurisdição do bispo, a quem caberia a nomeação dos clérigos e a administração de

¹² FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Pág. 71

¹³ A recomendação de Santo Agostinho (354-430) era seguida com frequência: todo cristão deveria deixar à Igreja em testamento “a parte de um filho”; e caso não tivesse descendentes, deveria nomeá-la como sua única herdeira.

todo o patrimônio eclesiástico da diocese¹⁴. Por tudo isso, pode-se falar, com razão, que o período de 888-1057, a “Igreja esteve sob poder dos leigos”¹⁵.

1.3 A feudo clericalização dos séculos XI-XII¹⁶

O que se deve chamar de feudalismo, segundo Franco Júnior, é o conjunto de formação social dominante no Ocidente da Idade Média Central, com seus elementos políticos, econômicos, ideológicos, institucionais, sociais, culturais, religiosos, etc. em suma, uma totalidade histórica, da qual o feudo foi apenas um elemento.

“Por feudo-clericalismo entende-se o papel central da Igreja naquela sociedade: concessão e recepção de feudos; controle das manifestações íntimas da vida dos indivíduos – a consciência através da confissão; a vida sexual através do casamento; o tempo, através do calendário litúrgico; o conhecimento através do controle sobre as artes, festas, o pensamento; a vida e a morte, através dos sacramentos.¹⁷ Foi a Igreja a legitimadora das relações horizontais, sacralizando o contrato feudo-vassálico, e as relações verticais, justificando a dependência servil.” (Franco Júnior, 2001, p. 89)

Segundo Franco Júnior, a Igreja, produtora de ideologia, traçava a imagem que a sociedade deveria ter de si mesma. A mais famosa elaboração vem do bispo Adalberon de Laon, realizada, provavelmente entre 1025 e 1027, o qual, servindo-se de um material antigo (textos bíblicos, autoridades eclesiásticas, cronistas, etc.), chegou à seguinte formulação.

o domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das Igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do servo. A casa de Deus, que parece uma, é, portanto, tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros. (Franco Júnior, 2001, p. 89)

¹⁴ FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Pág. 73.

¹⁵ Trata-se, aqui, de um poder político e econômico. Se há uma Igreja dentro de um feudo, tudo o que ela arrecadasse seria do Senhor feudal. Caberia um diálogo entre a Igreja e o proprietário da terra, para que ambos pudessem receber o fruto das doações do povo.

¹⁶ FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Pág. 88

¹⁷ Só se nascia com o batismo e só se conseguia o descanso eterno no solo sagrado do cemitério.

O clero, deste modo, é colocado fora do âmbito da lei humana, pois estando mais próximo de Deus, a quem serve, possui inegável superioridade. Por sua vez, nobres e servos não são categorias celestes, apenas terrenas, daí se definem pelo nascimento. Já a beleza e a força eram atributos naturais da nobreza: coube ao clero, grupo social que não se autorreproduz devido ao celibato, requisitar seus membros da nobreza, toda ela de “sangue de reis”, portanto, sagrado. Ao contrário, a natureza reservou aos servos o trabalho, a tarefa de, por meio de seu esforço, do suor de sua frente, alimentar aos demais. Feios e grosseiros, os servos expressam, por essas características físicas, sua condição de pecadores. O trabalho era imposto a eles como penitência, uma forma de resgatá-los de suas faltas.

À medida que se ia acentuando o enfraquecimento do poder monárquico, os bispos assumiam funções tipicamente reais, procurando proteger suas terras, que tinha recebido imunidade¹⁸. Assim, graças ao prestígio, riqueza e poder, não transmissíveis hereditariamente devido ao celibato, o clero passou cada vez mais, a atrair elementos da ordem guerreira.

1.4 Trocas culturais e relações de poder

O que se deve chamar de feudalismo, segundo Franco Júnior, é o conjunto de formação social dominante no Ocidente da Idade Média Central, com seus elementos políticos, econômicos, ideológicos, institucionais, sociais, culturais, religiosos, etc. em suma, uma totalidade histórica, da qual o feudo foi apenas um elemento.

A História Romana ter-se-ia nutrido, durante séculos, da força militar e de uma identidade claramente marcada pelo poder e o acúmulo de riquezas, mantida por meio de suas instituições, as quais todos os romanos se orgulhavam de pertencer. Poder, riqueza e prazer tornaram possíveis a constituição de uma sociedade que não temia o futuro e que acreditava na divinização de seus governantes e na eternidade de seu domínio.

A fragmentação deste Império, gerado pelo conflito de interesses de seus generais, aliado à grande extensão que o império atingiu, além da entrada de povos estrangeiros através das fronteiras desguarnecidas, colaboraram para a transformação da cultura romana. Mesmo os povos estrangeiros desejavam a

¹⁸ Neste caso as terras da Igreja estavam livre de impostos e controle secular.

cidadania romana: queriam aprender seus usos e costumes; queriam exercer o poder com “civilidade romana”.

No lado Oriental, tínhamos o Império Romano do Oriente, cuja capital era Constantinopla, antiga Bizâncio, e atual Istambul. Ficava no estreito de Bósforo, importante ponto de convergência de rotas comerciais: da Rota da Seda, que ligava a Ásia à Europa, e das rotas marítimas que ligavam o Mar Mediterrâneo ao Mar Negro e ao Mar de Mármara. Este ficava entre a Turquia e a Europa Oriental e era importante para gregos, romanos e bizantinos, devido sua localização estratégica como rota comercial vital entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo.

A busca pelo poder fazia parte da cultura do mundo antigo e medieval. Este desejo de poder, por vezes sonhado por estes povos, garantiria uma vida feliz e plena, pautada em riquezas e terras. A aristocracia não cogitava uma vida que fosse melhor do que esta que se vivia. Na verdade, somente escravos, servos e pobres, que se encontravam em situação de desgraça, poderia sonhar com a proposta de uma vida melhor, na vida pós-morte. Para estes, e também para algumas exceções da aristocracia, o Evangelho poderia trazer a esperança.

À medida em que o tempo foi passando, a Igreja foi assimilando, de maneira natural, os hábitos e costumes destes povos romano-germanos que ali se encontravam. Mesmo o poder, antes exercido apenas pelo Estado, passara, agora, aos quadros da Igreja: de perseguida e pobre, erguida sobre o sangue dos mártires, ela se tornava uma Instituição de poder, responsável pela religião do Estado. Não podemos precisar até que ponto a aceitação do poder fosse, para aqueles que viveram este tempo, uma estratégia de “sobrevivência”, pois negar o poder, poderia ter-lhe conduzido, novamente, a uma situação de clandestinidade e perseguição.

A questão que se impõe está no fato de que, as relações de poder entre a Igreja e o Estado, gerou um distanciamento entre a Igreja e o povo, ou melhor, entre o clero¹⁹ e os leigos. Este distanciamento foi se ampliando cada vez mais com o passar do tempo, o que, acreditamos, esteja na base do que chamamos clericalismo contemporâneo. Este distanciamento, aos poucos, irá se reduzir com o passar do tempo e o aprofundamento de reflexões teológicas que conduzirão a Igreja a se aproximar, cada vez, mais dos pobres.

¹⁹ As diferenciações existiam mesmo entre o próprio clero, que estava dividido entre Alto clero (de origem nobre) e o baixo clero (origem humilde).

2. CLERICALISMO(S) E IDENTIDADE ECLESIAL

No capítulo anterior, vimos como a proximidade da Igreja e os poderes temporais, fizeram com que a alta hierarquia do clero adquirisse poder político e econômico. Neste capítulo trataremos do distanciamento entre a sociedade secular e a Igreja, mostrando que este secularismo também chega à Igreja, configurando o que chamaremos de clericalismo contemporâneo. Utilizaremos o capítulo III do *Documento de Aparecida* para refletirmos sobre o clericalismo nos dias de hoje.

2.1 Idade moderna e secularismo

Em uma sociedade estamental, como a sociedade medieval, em que a mobilidade social era pouco provável, os leigos, por uma questão cultural, não estavam preocupados com os assuntos de fé, mas em sobreviverem diante de recursos escassos de terras voltadas para o seu cultivo; a excessiva cobrança de impostos; invasões de outros povos. Assim, não havia um grupo ou “associação” de leigos que reivindicassem sua participação e envolvimento direto na liturgia ou nos debates teológicos. Neste contexto, foi se aprofundando, cada vez mais o distanciamento entre o clero e os leigos, chegando a ser pronunciado pelo papa Bonifácio VIII: “(...)Que os leigos sejam inimigos do clero, atesta-o em alto grau a Antiguidade e o ensinam claramente as experiências de hoje”.²⁰

Bonifácio VIII alegou que os leigos eram inimigos do clero porque estavam desafiando a autoridade da Igreja e interferindo nos assuntos eclesiásticos. Ele defendia a supremacia do poder papal sobre o poder secular e considerava qualquer resistência ou oposição dos leigos como ameaça à autoridade da Igreja. A Bula *Clericis Laicos*, proibia os leigos de tributar o clero sem a permissão do Papa e restringia sua autoridade sobre os bens da Igreja. Ela foi uma tentativa de fortalecer o poder e a autonomia da Igreja em relação aos governantes seculares da época.

Com o pensamento iluminista, do século XVII, tudo o que estava relacionado à fé, adquiriu status de superstição. Os pensadores iluministas, por meio de seus escritos, passaram a relacionar a Igreja com o poder monárquico e este com a opressão do povo. O homem adquiriu uma autonomia maior de pensamento e passou a ser centro da história, capaz de mudar as estruturas mais profundas da sociedade, por meio das Revoluções. Assim, destruir a monarquia significava,

²⁰ Bula Pontifícia *Clericis Laicos*, de 1296.

necessariamente, a construção de uma sociedade, não mais pautada nos valores da fé, mas nos valores científicos. Esta ruptura já estava se desenhando desde o Renascimento quando, a partir do humanismo, o Homem procurava ocupar o lugar central da História.

Com a Revolução Francesa²¹, que levou tanto clérigos, religiosos, monarcas e nobres à pena capital, a Igreja assistiu a uma perseguição e distanciamento, em termos de influência, do poder temporal. A Revolução Francesa, finalizava uma era de influências da Igreja e abria precedentes para uma nova história, agora marcada pelo secularismo. Com este distanciamento, a Igreja passou a ter influência direta somente sobre os assuntos religiosos das nações cristãs católicas. Com isso, a sociedade civil, passou a classificar como clericalismo as ações de interferências da Igreja nos assuntos seculares.

2.2 Igreja e perda de poder

Durante a Idade Média, era perfeitamente aceitável que o “povo”, fazendo parte da comunidade de leigos ou não, se sujeitasse às imposições da nobreza ou da Igreja, assim funcionava a sociedade estamental. Com as ideias iluministas, trazidas pela modernidade, bem como avanços trazidos no campo do direito, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a sociedade passou a rejeitar e a oferecer resistência a toda forma de “imposição”.

Com a invenção da imprensa e a Reforma Protestante, a Igreja foi perdendo, não somente fiéis, mas áreas de influência em alguns países. Assistimos, deste modo, a um lento e gradual processo de distinção e distanciamento entre a sociedade, agora chamada secular ou civil e a Igreja.

Com a Revolução Industrial, em meados do Século XVIII, e a consolidação do capitalismo²², mais e mais a Igreja e o Estado foram vistos com entraves ao desenvolvimento econômico das nações. O pensamento liberal, fundamentado na não intervenção do Estado na economia e a centralização do desenvolvimento

²¹ A cerimônia de coroação de Napoleão Bonaparte, realizada em 1804, na catedral de Notre-Dame, contou com uma atitude nunca antes vista na história: ele convidou o Papa Pio VII para coroa-lo, mas no momento da coroação, ele pega a coroa das mãos do Papa e se auto institui Imperador, deixando evidente para a Igreja e o mundo que esta não teria influência sobre seu governo. Cf. HOBBSAWM, Eric. J. **A Era das Revoluções**. Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

²² HOBBSAWM, Eric. J. **A Era do Capital**. 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

técnico em ações individuais, fizeram com que a sociedade reestruturasse seu conceito de valor e a relação do homem com o trabalho.

Se na Idade Média, por meio da hierarquia eclesial, o clero e os leigos ficavam mais distantes, com o pensamento liberal, e as ideologias modernas, este distanciamento se tornou ainda mais evidente, principalmente por que a Ciência buscou para si o encargo de única capaz de conduzir a sociedade à maturidade por meio da organização da sociedade e do progresso. Como negar os benefícios trazidos pela técnica? Como a Igreja se colocaria frente às transformações do mundo moderno?

Todas essas dúvidas e as questões que as produziram, fizeram com que a Igreja despertasse para a importância da escuta e do diálogo para a comunhão eclesial.

2.3 A comunhão eclesial e o clericalismo contemporâneo

Se a palavra “clericalismo” surge, na modernidade, como a intervenção da Igreja nos assuntos seculares, o clericalismo contemporâneo, aparece como conjunto de práticas do clero e também de leigos, relacionadas ao autoritarismo e práticas de poder.

Este “equivoco “de interpretação entre o status ontológico e o status social, fez com que, tanto clérigos quanto leigos, se colocassem numa posição de funcionários do Sagrado, rompendo com a comunhão eclesial e distorcendo o real poder da Igreja, que é o serviço. O Documento de Aparecida nos exorta à importância da comunhão e os riscos que o isolamento traz para a consolidação da identidade de discípulos missionários.

A vocação ao discipulado missionário é convocação à comunhão em sua Igreja. Não há discipulado sem comunhão. Diante da tentação, muito presente na cultura atual, de ser cristãos sem Igreja e das novas buscas espirituais individualistas, afirmamos que a fé em Cristo nos chegou através da comunidade eclesial e ela nos dá uma família, a família universal de Deus na Igreja Católica(...) (DAp 156)

Quando falamos da entrada de uma “cultura Secularista” na Igreja, nos referimos a uma tendência social de buscarmos o benefício próprio e ignorarmos o outro. O clericalismo bebe na fonte do individualismo, à medida em que ele quer uma Igreja isolada, conectada a um passado idealizado, que se quer existiu. O seguimento

de Jesus Cristo pressupõe a busca pelo outro, a escuta do outro, enfim, a salvação do outro. É importante que o sentimento de família faça parte da pauta pastoral das comunidades e dos encontros do clero, de maneira que todos se sintam parte da Igreja e não simples espectadores. *A Igreja cresce, não por proselitismo, mas por atração: como Cristo atrai tudo para si' com a força do seu amor.*²³

(...) O reconhecimento prático da unidade orgânica e da diversidade de funções assegurará maior vitalidade missionária e será sinal e instrumento de reconciliação e paz para nossos povos. Cada comunidade é chamada a descobrir e integrar os talentos escondidos e silenciosos que o espírito presenteia os fiéis. (DAp 162)

A diversidade deve ser acolhida pela comunidade como um Dom do Espírito. Assim torna-se fundamental, principalmente nas Igrejas particulares, uma mudança de perspectiva com relação àqueles que se colocam à serviço da comunidade. Infelizmente o clericalismo contribui para a manutenção das relações e das situações no seio da comunidade. Como exemplo podemos citar algumas pastorais que se tornaram propriedade de alguns clérigos que delegam, somente àqueles que concordam com suas ideias, a liderança destas mesmas pastorais. Também podemos citar os clérigos que assumem tantas atividades, que não lhes resta tempo para o cultivo de uma vida comunitária, momentos de oração ou administração dos sacramentos. “O amadurecimento no seguimento de Jesus e a paixão por anunciá-lo requerem que a Igreja particular se renove constantemente em sua vida e ardor missionário”.²⁴

2.4 Discípulos missionários com vocações específicas: presbíteros e fiéis leigos

“A condição do discípulo brota de Jesus Cristo, pela fé e pelo batismo, e cresce na Igreja, comunidade onde todos os membros adquirem igual dignidade e participam de diversos ministérios e carismas”²⁵. O Batismo é o fundamento de toda a vida cristã. Por meio dele somos libertos de todo o pecado e regenerados como filhos de Deus. O Batismo nos faz Igreja, corpo, cuja cabeça é Jesus Cristo. Por isso, não há uma vocação ou ministério mais importante que outro, uma vez que em Cristo somos

²³ Bento XVI, Homilia na Eucaristia de inauguração da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, 13 de maio de 2007, Aparecida, Brasil.

²⁴ DAp 167.

²⁵ DAp 184.

todos filhos através do Filho. É pela Igreja que recebemos a fé, nos fortalecemos por meio da sagrada Eucaristia. Também por meio da Igreja, encontramos os meios de vivermos nosso batismo de maneira coerente, sempre com vistas à conversão. Enfim, é na vivência da fé em comunidade, em comunhão com a Igreja que entendemos o que é ser Igreja: o santificar-se, acontece também no contato com o outro, nas relações humanas, na acolhida da celebração, no atendimento da secretária(o) que atenciosamente ouve aqueles que buscam o atendimento paroquial. Enfim, a Igreja deve ser o lugar onde a diferença ajuda no processo de conversão.

Contrariando tudo isso, o clericalismo quer estabelecer um conjunto de fórmulas e práticas, centradas em elementos externos, tais como uso de assessorios religiosos, roupas “adequadas”, devocionários, novenas²⁶, etc.

As homilias, quase sempre, dizem respeito a um ideal de pureza impossível de se atingir, além de práticas de sacrifícios que beiram a loucura, como diversos dias sem comer ou mesmo o uso do silício: busca-se punir o corpo e, ao mesmo tempo, negar a realidade do Homem como ser Uno-dual.

O Evangelho, em sua essência, é transformador: renova todas as coisas. Sendo assim não pode ficar restrito a um grupo, mas deve ser levado a todas as pessoas, de modo que se viva, aqui na terra, uma antecipação do que se espera viver na Jerusalém celeste.

No fiel cumprimento de sua vocação batismal, o discípulo deve levar em consideração os desafios que o mundo de hoje apresenta à Igreja de Jesus, entre outros: o êxodo de fiéis para seitas e outros grupos religiosos; as correntes culturais contrárias a Cristo e à Igreja; a desmotivação de sacerdotes em muitos lugares; as mudanças de paradigmas culturais; os fenômenos da globalização e a secularização; os graves problemas de violência, pobreza e injustiça; a crescente cultura da morte que afeta a vida em todas as suas formas. (DAp 185)

Consciente de sua missão, a Igreja não deve cuidar apenas dos aspectos espirituais de seus fiéis. Também não deve se envolver somente em questões sociais, política ou econômicas. Ela precisa cuidar dos dois aspectos, tendo em vista que o homem é uma realidade uno-dual. Estando também no mundo, ela não deve fechar

²⁶ As práticas devocionais são negativas se fecharem-se em si mesmas, tornando-se meras formas de acalmar o Ego. Elas são importantes como formas de mantermos nossa conexão com Deus no interior da Igreja doméstica, mas precisam de nos abrir ao outro.

os olhos ou se conformar com as injustiças e estruturas de pecado que as produz. Ela precisa levar o Evangelho para que a luz chegue a todos.

Muitos problemas contemporâneos são frutos de estruturas de pecado, que nos impedem de contemplarmos a imagem de Cristo nos mais pobres. Diante da cultura da indiferença, justificamos nossa falta de empatia e envolvimento nas questões seculares, como se não fosse responsabilidade também nossa. O Evangelho e a justiça caminham juntos: pensar diferente disso nos torna coniventes com o pecado.

2.4.1 Identidade e missão dos presbíteros

Os bispos em Aparecida ressaltam, que “A imensa maioria dos presbíteros vivem seu ministério com fidelidade ao Evangelho e ao povo de Deus, reservando um tempo para a formação permanente e a vida espiritual, centrada na palavra de Deus e na celebração da eucaristia”²⁷. Quando não se reserva um tempo para o cultivo da vida espiritual, corre-se o risco de se cair no ativismo, em que as atividades não lhe deixam tempo para o encontro com as pessoas, para a vivência da vida comunitária ou mesmo para buscar o auxílio do diretor espiritual. O desânimo e a tristeza passam a fazer parte do dia a dia e, não raras vezes, o presbítero abandona o ministério.

O Vaticano II estabelece o sacerdócio ministerial a serviço do sacerdócio comum dos fiéis, e cada um, ainda que de maneira qualitativamente diferente, participa do único sacerdócio de Cristo. Cristo, sumo e Eterno Sacerdote, nos remiu e partilhou sua vida divina. Nele, somos todos filhos do mesmo Pai e irmãos entre nós (...).(DAp 193)

Etimologicamente a palavra Laos (povo), designa em grego uma comunidade ou grupo. Já a palavra Klêros²⁸, não é uma designação social, mas significa simplesmente herança, sorte. Assim, no Novo Testamento, toda a comunidade dos crentes é “clerical” (afortunada), porque foi chamada a compartilhar a herança (klêros) dos santos na luz (Cl 1,12). Não havia, portanto, diferenças importantes entre clero e leigos: havia, uma comunidade, um povo afortunado.

O Novo Testamento nos aponta Jesus Cristo como único e definitivo sacerdote, enquanto plenamente Deus e plenamente homem e, portanto, o único “mediador” (1 Tm 2,25). Já o adjetivo “sacerdotal” (Reino de sacerdotes ou povo sacerdotal: Ap 1,6; 1Pd

²⁷ DAp 191.

²⁸ GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. **As 10 heresias do catolicismo atual**. Tradução de Gentil A. Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

2,9) só se aplicaria ao povo de Deus, nunca a um indivíduo isolado, por mais importante que seja sua função neste povo de Deus. Evita-se, portanto, chamar de sacerdotes, os servidores ou responsáveis das Igrejas/comunidades, conservando este nome apenas quando se refere aos da religião judaica (cf. Mc 8,31). Os responsáveis das Igrejas eram chamados presbíteros, diáconos, “os que trabalham por vós”.

Já o Concílio Vaticano II preferiu a palavra “presbíteros”. De qualquer modo, é importante entendermos que pretender conferir a uma pessoa isolada a dignidade do sacerdócio de Cristo, rompe com a igualdade e harmonia entre os membros do corpo. O presbítero, não tem um poder individual, exclusivo para consagrar o pão e o vinho no corpo e sangue de Jesus Cristo ou mesmo para perdoar os pecados: este poder o tem a comunidade eclesial, que é quem efetivamente consagra e perdoa; nela o presbítero é o laço que une cada comunidade com a Igreja universal²⁹. Sua atuação só tem eficácia se este estiver em comunhão com a Igreja a quem ele representa. Tanto que no rito de preparação das ofertas, o presidente da celebração, em diálogo com a assembleia diz: “orai irmãos e irmãs, para que o meu e vosso sacrifício seja aceito por Deus Pai todo-poderoso”. A assembleia imediatamente responde: “receba o Senhor por tuas mãos este sacrifício, para a glória do seu nome, para nosso bem e de toda a santa Igreja”³⁰. Em outras palavras, o presidente da celebração recebe o consentimento dos fiéis para elevar a oferta a Deus todo-poderoso. O poder emana da comunhão eclesial que, não somente oferece o pão e o vinho a serem consagrados, mas também fazem uma oferta de si mesmos.

O ministério sacerdotal que brota da Ordem Sagrada tem “radical forma comunitária e só pode desenvolver-se como tarefa coletiva. O sacerdote deve ser homem de oração, madura em sua opção de vida por Deus, fazer uso dos meios de perseverança, como o Sacramento da Confissão, da devoção à Santíssima Virgem, das mortificações e da entrega apaixonada por sua missão pastoral. (DAp 195)

Não é possível levar os homens a Deus se, antes, não estivermos com Deus. Neste sentido, o discípulo missionário precisa se nutrir da palavra e da Eucaristia. Precisa esvaziar-se de si, abandonar o homem velho para revestir-se do Homem

²⁹ GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. **As 10 heresias do catolicismo atual**. Tradução de Gentil A. Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Página 137

³⁰ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Missal Romano**. 3ª edição Tipica. Brasília: Edições CNBB, 2023.

Novo. Em outras palavras, é preciso “Cristificar-se”. O clericalismo, neste sentido, é a auto valoração do clero, em si mesmo, de modo que o Evangelho de Jesus Cristo se torne acessório. A celebração da Eucaristia perde o sentido diante de uma cultura do Espetáculo, que atrai espectadores interessados em questões de cunho emocional: homilias não meditadas³¹ acabam por se tornar palestras de autoajuda em que se diz aquilo que “conforta” o ego dos ouvintes. Enfim, a sociedade do espetáculo, presente no mundo secular, acaba por adentrar o seio da Igreja, de modo que já não se sabe a diferença entre o Espaço Sagrado e o Profano.

(...) a formação permanente, deve acompanhar os sacerdotes sempre, isto é, em qualquer período e situação de sua vida, assim como nos diversos cargos de responsabilidade eclesial que sejam confiados a eles; tudo isso levando em consideração, naturalmente, as possibilidades e características próprias da idade, condições de vida e tarefas confiadas.(DAp 200)

Como já foi dito anteriormente, o clericalismo contemporâneo é fruto de uma série de práticas equivocadas que foram sendo perpetuadas com o tempo. A formação permanente é uma excelente oportunidade para se corrigir tais comportamentos. O ideal seria que tudo isso ocorra durante o período de formação nos seminários, mas não é possível aferirmos o quanto, do processo formativo, cada seminarista é capaz de absorver. Além disso, há os casos daqueles que, embora não tivessem vocação, acabaram por ascender às ordens sagradas. Tudo isso precisa ser refletido pelos Bispos que, tem por responsabilidade, acompanhar de perto o processo formativo dos futuros clérigos.

2.4.2 Fiéis leigos e leigas, discípulos e missionários no mundo

Pelo batismo, os leigos são incorporados a Cristo, formando o povo de Deus e participando das mesmas funções de Cristo: sacerdote, profeta e rei. Sua missão própria e específica se realiza no mundo, de tal modo que, com seu testemunho e sua atividade, contribuam para a transformação das realidades(...) ³². O espaço próprio e específico de atuação do leigo se realiza no mundo. Cabe a eles, levar o Evangelho e criar estruturas justas em meio ao campo político, social, econômico, cultural,

³¹ A homilia precisa ser preparada com antecedência, levando em consideração os mais variados aspectos teológicos, mas, acima de tudo, precisa ser o fruto da oração, da meditação da palavra do Encontro com o Ressuscitado.

³² DAp 210.

científico, etc. além de testemunhar o amor na família, na sociedade, no trabalho e na formação de crianças e adolescentes.

Os leigos também são chamados a participar na ação pastoral da Igreja, primeiro com o testemunho de vida e, em segundo lugar, com as ações no campo da evangelização, da vida litúrgica e outras formas de apostolado, segundo as necessidades locais e de seus pastores.(DAp 211)

O testemunho é muito mais eloquente que as palavras: muitos leigos levam uma vida dupla, na Igreja e na sociedade. Por vezes se mostram virtuosos no tempo, mas vivem uma incoerência no seu dia a dia. Como exemplo, podemos citar algumas lideranças que falam de caridade e amor, mas exploram seus funcionários, são distantes de seus filhos e traem a esposa. É preciso conversão, vivência do Evangelho.

Todos são iguais em dignidade na Igreja. Ela precisa ser a primeira a testemunhar, no mundo, a comunhão. Para que isso ocorra, é preciso ouvir e enxergar o outro como capaz. Sendo assim, cabem aos pastores, dentro de suas possibilidades, dividir os trabalhos com os leigos. “Para que isso ocorra, os leigos necessitam de sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual, além do acompanhamento”³³. Isso exige, da parte dos pastores, maior abertura de mentalidade para que entendam e acolham o “ser” e o “fazer” do leigo na Igreja. “Por isso, um adequado discernimento, incentivo, coordenação e condução pastoral, sobretudo da parte dos sucessores dos Apóstolos, contribuirá para ordenar esse dom para a edificação da única Igreja”³⁴.

3. SINAL DOS TEMPO

Veremos, neste capítulo, que o Concílio Vaticano II foi um evento que trouxe mudanças significativas para a Igreja. A continuidade deste evento pode ser sentida no pontificado do Papa Francisco, especialmente através da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, que apresenta o modelo de Igreja pensado pelo Papa Francisco, em consonância com os princípios do Vaticano II.

³³ DAp 212.

³⁴ Bento XVI, Homilia na Celebração das primeiras Vésperas na Vigília de Pentecostes. Encontro com os movimentos e novas comunidades eclesiais, 3 de junho de 2006.

3.1 Idade moderna e secularismo

O Vento³⁵ sopra onde quer
e ouves o teu ruído,
mas não sabes de onde vem
nem para onde vai.

Assim acontece com todo aquele que nasceu do Espírito (Jo 3,8)

Jesus, no quarto evangelho, compara o Espírito com o vento, o ar em movimento. O vento nos permite percebermos a existência do ar, que não vemos, não ouvimos, não tocamos. O vento tanto pode ser uma brisa quanto um tornado, não só soprando onde quer, mas “como quer”. Os apóstolos, no dia de Pentecostes, estavam reunidos no Cenáculo, com as portas e janelas fechadas. O Espírito Santo veio como um ruído, semelhante a um vento forte, impetuoso (Jo 3,8)...e eles ficaram repletos do Espírito Santo. João XXIII aludia a algo semelhante ao dizer “abrir as janelas”, referindo-se à convocação do Concílio Vaticano II.

O Concílio Ecumênico Vaticano II, teve sua abertura no dia 11 de outubro de 1962. O pronunciamento do discurso *Gaudet mater Ecclesia*, apontou o caminho que deveria se percorrido pelo Concílio:

No exercício cotidiano do Nosso ministério pastoral, ferem às vezes nossos ouvidos sugestões de pessoas que, embora ardentes de zelo, são desprovidas de senso de discernimento e de medida. Nos tempos modernos, elas só veem prevaricação e ruína; acham que a nossa idade, em comparação com as passadas, só piorou; e se comportam como se nada tivessem aprendido da história, que, no entanto, é mestra de vida, e como se, na época dos concílios ecumênicos anteriores, tudo estivesse caminhando na plenitude, com o triunfo da ideia e da vida cristã, bem como da justa liberdade da Igreja. Cremos ser nosso dever discordar desses profetas da desgraça, que anunciam eventos sempre infelizes, como se fosse iminente o fim do mundo. No presente momento histórico, a Providência nos está conduzindo para uma nova ordem nas relações humanas, que, por obra dos homens e, muitas vezes, até além de suas próprias expectativas, caminham para a realização de desígnios superiores e inesperados; e tudo, inclusive as adversidades humanas, dispões para maior bem da Igreja. É fácil visualizar essa realidade, se com atenção se considera o mundo de hoje, de tal modo ocupado com a política e as controvérsias de ordem econômica que não encontra mais tempo para cuidar da ordem espiritual, com a qual lida o magistério da santa Igreja. Esse modo de agir certamente não é bom, merecendo ser reprovado. Não se pode, porém, negar que essas novas condições da vida moderna têm, ao menos, uma vantagem: afastaram do caminho aqueles inúmeros obstáculos com que, um tempo, os filhos do século impediam a livre ação da Igreja.³⁶

³⁵ A palavra hebraica *Ruah*, significa as duas coisas: ar e espírito.

³⁶ João XXIII, *Gaudet mater Ecclesia*. Discurso na solene abertura do concílio, dia 22 de outubro de 1962.

João XXIII, certamente não temia as mudanças, pelo contrário, acreditava que a Igreja deveria se atualizar³⁷, respondendo aos anseios do mundo moderno. Claro que isso não seria tarefa fácil, mas a mensagem inicial foi um convite à esperança de tempos melhores, de tempo de comunhão.

Os novos tempos já estavam sendo percebidos pela Igreja moderna, através das reformas de Leão XIII³⁸; da Ação Católica; a Renovação Bíblica e Litúrgica; e o pontificado de Pio XII³⁹. O Vaticano II⁴⁰ conseguiu reunir os anseios da Igreja frente às transformações modernas, iniciando mudanças que levariam a uma maior participação dos leigos e a uma profunda compreensão da pessoa de Jesus Cristo e da Igreja como sacramento.

O Sacrossanto Concílio propõe-se fomentar sempre mais a vida cristã entre os fiéis; acomodar melhor as necessidades de nossa época as instituições que são suscetíveis de mudanças; favorecer tudo o que possa contribuir para a união dos que creem em Cristo; e promover tudo o que conduz ao chamamento de todos ao seio da Igreja. Por isso, julga se seu dever cuidar de modo especial da reforma e do incremento da Liturgia. (SC 1)

Até então, a celebrações das missas eram feitas em latim, com uma série de gestos e movimentos bem precisos por parte dos presbíteros, que ficavam de costas para o povo. Durante as missas, o povo rezava o terço, aguardando o momento de receberem a Eucarística. A partir do Concílio Vaticano II, as missas passaram a ser celebradas em língua vernácula, possibilitando a participação ativa do povo;

Com empenho e paciência procurem dar os pastores de almas a instrução litúrgica e também promovam a ativa participação interna e externa dos fiéis, segundo a idade, condição, gênero de vida e grau de cultura religiosa, cumprindo assim um dos principais deveres do fiel dispensador dos mistérios de Deus; e nesse particular conduzam seu rebanho não só pelas palavras, mas também pelo exemplo. (SC 19)

Abandonar uma série de costumes, construídos ao longo do tempo, não foi tarefa fácil, nem para os leigos e nem para o clero. Somados a isso, acrescentemos o fato de alguns membros do clero “romperem” com a Igreja por não concordarem

³⁷ João XXIII chama de “*Aggiornamento*” que, além de significar atualização, também pode ser tomado como renovação, rejuvenescimento, diaconia.

³⁸ A Encíclica *Rerum Novarum*, promulgada em 15 de maio de 1891, foi um importante marco na história da Doutrina Social da Igreja.

³⁹ A encíclica *Mediator Dei*, do Papa Pio XII, foi promulgada em 20 de novembro de 1947 e tratava sobre liturgia, o que seria retomado, pelo Vaticano II;

⁴⁰ A Igreja viveu um total de 20 Concílios Dogmáticos e 1 Concílio Pastoral, que foi o Vaticano II.

com as mudanças advindas do Vaticano II: não foram raros os casos daqueles que se tornaram cismáticos ou mesmo sede vacantistas.

Podemos dizer que o Vaticano II, foi um acontecimento tão marcante para a história da Igreja, que superou o período de 1962 a 1965⁴¹: sentimos fortemente sua presença nos dias de hoje.

3.2 Concílio Vaticano II: ruptura ou continuidade?

Durante Ao falarmos sobre um “modelo” de Igreja, segundo o pensamento do Papa Francisco, talvez imaginemos um modelo “radicalmente” novo, como se o Papa o tivesse criado de sua própria “cabeça”, algo inteiramente “seu”. A verdade é que o Papa não criou um modelo, mas ele, juntamente com o colégio episcopal, tem dado continuidade àquilo que já estava sendo delineado desde o Concílio Vaticano II: uma Igreja aberta a todos, com forte caráter sinodal; enfim, acolhedora.

A Igreja, por sua natureza, é acolhedora porque o próprio Cristo se dignou acolher a nossa humanidade. Sendo verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, ele nos ensinou a acolher os outros. E para isso, devemos colocar-nos em “saída”, ir ao encontro. Foi o que Cristo fez ao chamar Pedro e André, João e Tiago. Ele foi onde estavam, encontrou-os respondendo às demandas de seu trabalho e, mesmo assim, fez o convite. Podemos entender, portanto, que missão e acolhida caminham juntas.

O Pontificado do Papa Francisco é, na verdade, a continuidade do pontificado do Papa Bento XVI, tanto que o termo “Igreja em estado permanente de missão”, encontra-se no documento de Aparecida⁴², deixando claro que continuamos vivendo os desdobramentos do Concílio Vaticano II.

Embora o Papa Bento XVI tenha falado menos sobre clericalismo do que o Papa Francisco, foi em seu pontificado que apareceram as denúncias de abusos contra menores, deixando-o profundamente entristecido.

Enfim, o corporativismo também é uma das características do clericalismo contemporâneo e foi isso que fez com que estes crimes demorassem tanto tempo a serem denunciados. É importante ressaltarmos que o Papa Francisco, em mais de

⁴¹ O historiador Fernand Braudel, em sua obra “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo da Época de Felipe II”, trabalha com os conceitos de “curta duração e longa duração”. O fenômeno de longa duração é aquele que não se prende apenas ao período de seu acontecimento, mas expande suas consequências para tempos posteriores.

⁴² DAp 551.

uma ocasião, pediu perdão às vítimas desses abusos e, desde então, adotou como norma a “tolerância zero” a abusos contra menores.

3.3 Sobre o clericalismo

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* inicia suas páginas falando sobre a Alegria do encontro com Jesus como elemento catalisador da missão. Não é uma alegria superficial e vazia, fechada em si. Mas algo libertador, capaz de afastar a tristeza e retirar-nos do isolamento.

O grande risco do mundo atual, com sua múltipla e avassaladora oferta de consumo, é uma tristeza individualista que brota do coração comodista e mesquinho, da busca desordenada de prazeres superficiais da consciência isolada. Quando a vida interior se fecha no próprio interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, já não se ouve a voz de Deus, já não se goza da doce alegria de seu amor(...) (EG 2)

A busca por prestígio social e bens materiais, tem tornado a sociedade doente, fria, triste. Apesar de todo desenvolvimento tecnológico e do acesso a redes sociais, nunca estivemos tão distantes uns dos outros. A Igreja precisa ser uma luz em meio às trevas da indiferença, a começar do próprio clero: por que não chegar mais cedo para conversar informalmente com as pessoas? Ou mesmo estar inserido nas equipes de trabalho das festas e movimentos para conhecer melhor os paroquianos? “Na doação, a vida se fortalece; e se enfraquece no comodismo e no isolamento.”⁴³ Esta presença, por vezes desinteressada e informal, representa a presença da Igreja. Por isso, perguntar o nome das pessoas, cumprimentá-las, ouvir suas histórias; chorar com os que choram e, sobretudo lhes transmitir esperança: “um evangelizador não deveria ter constantemente uma cara de funeral”⁴⁴. Tudo isso requer tempo e é bom que se tenha tempo para isso: acolher é ter contato, relacionar-se. Por isso, quem deseja viver com dignidade e em plenitude, não tem outro caminho senão reconhecer o outro e buscar o seu bem.⁴⁵

3.4 Tempos de conversão

É preciso que a fé no Ressuscitado se estenda a todos os cantos da terra. Por isso, obedecendo ao mandato missionário de Jesus, a Igreja se coloca em “saída”.

⁴³ DAp 360.

⁴⁴ EG 10.

⁴⁵ EG 9.

Cada cristão e cada comunidade precisa discernir o caminho que o Senhor lhe pede: “sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho”.⁴⁶ “Fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo”.⁴⁷ Em uma sociedade cada vez mais secularizada, excludente e pouco solidária, é preciso coragem de anunciar o Evangelho: os leigos precisam assumir um papel mais efetivo no processo de evangelização, dando testemunho do Evangelho nos locais de trabalho, nas redes sociais, na política, na economia, etc.

Como obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida diária dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até a humilhação, e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo. Os evangelizadores contraem assim o “cheiro de ovelhas”, e estas escutam a sua voz. (EG 24)

Esta expressão “cheiro de ovelhas”, muitas vezes nos incomoda, pois, toca na ferida da indiferença, fazendo com que nos lembremos que, muitas vezes, as pastorais se dedicam apenas à manutenção dos sacramentos, sem o envolvimento com questões sociais. A Doutrina Social da Igreja se quer é conhecida nas comunidades, que, por ignorância, acreditam ser algo relacionado a ideologias de esquerda: alguns clérigos não acham que seja uma pauta importante para os fiéis. Sem vida nova e espírito evangélico autêntico, sem “fidelidade da Igreja à própria vocação”, toda e qualquer nova estrutura se corrompe em pouco tempo.⁴⁸

Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação. A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem missionárias, que a pastoral ordinária, em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloquem os agentes pastorais em atitude constante de “saída” e, assim, favoreça a respostas positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade(...). (ED 27)

A exigências do mundo do trabalho fizeram com que as pessoas tivessem cada vez menos tempo para se ocuparem da família, da saúde e mesmo da espiritualidade. Em outras palavras, “vivemos para trabalhar e não trabalhamos para viver”, ainda

⁴⁶ EG 20.

⁴⁷ EG 23.

⁴⁸ EG 26.

mais porque o Estado tem se tornado cada vez mais burocrático, apesar de toda tecnologia. Essa burocracia também tem chegado às paróquias que, cada vez mais, tem adotado posturas rígidas de horário e tipos de atendimento: não se fala mais com o padre sem horário marcado; no dia de “descanso” do padre, ele não pode ser “incomodado”. Assistimos, deste modo, à profissionalização da vocação.

A pastoral em chave missionária exige o abandono deste cômodo critério pastoral: “fez-se sempre assim”. Convido todo a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades. Uma identificação dos fins, sem uma condigna busca comunitária dos meios para alcançá-los, está condenada a traduzir-se em mera fantasia. (EG 33)

Além disso, há pouca “cortesia” no trato com as pessoas: não se diz “por favor”; “me desculpe”; “bom dia”? Mesmo as relações entre patrões e empregados são mediadas pela “boa educação” e pela acolhida: com a Igreja não pode ser diferente. “A paróquia não é uma estrutura caduca(...) que ela não se torne uma estrutura complicada, separada das pessoas, nem um grupo de eleitos que olham para si mesmos” (EG 28)

Saiamos, saiamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires: prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a um Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças”.(...) Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar⁴⁹: “Dai-lhes vós mesmos de comer (Mc 6, 37)”.

O processo de coisificação do ser humano e a cultura do “descarte”, tem naturalizado as relações de injustiça entre nós, de modo que, se não nos atinge diretamente, não recebe nossa atenção. Isso tem afetado nossa relação com Deus e a Igreja, uma vez que, não estando em contato com a realidade de sofrimento dos mais pobres, nossa oração se torna uma prática vazia e estéril, muito mais uma ação de busca de bem estar, do que algo que realmente nos converta.

O resgate da missionaridade da Igreja, exige de nós uma conversão pessoal e pastoral. Nossa catequese precisa sair do antigo modelo de “sala de aula”, compreendida como um “curso”, com fim em si mesmo, e se transformar em uma

⁴⁹ EG 49.

experiência de fé, em um encontro com o Ressuscitado. Desta experiência deverá surgir o desejo do seguimento a Jesus Cristo, do anúncio aos mais pobres: uma catequese, construída com sentido catecumenal, adaptada a realidade de cada Igreja particular, poderá conduzir a isso, se for bem planejada.

Formações mais regulares para clérigos e Leigos, conduzidas com forte viés missionário, também pode ajudar na realização desta “Igreja de portas abertas”. Para isso, é necessário vontade e interesse dos bispos, uma proximidade maior entre os clérigos e o empenho em querer que este projeto dê certo.

Um estudo mais aprofundado do Concílio Vaticano II e dos documentos da Igreja, também são fundamentais no planejamento de uma pastoral orgânica em que todos se sintam ouvidos e envolvidos no processo missionário. Não é algo fácil, exigirá muita paciência e perseverança diante de situações em que parecemos não estarmos sendo correspondidos, mas isso faz parte do processo. Como diz o Papa Francisco: “lá fora há uma multidão faminta”. Cabe a nós, irmos ao seu encontro com o “Pão da Vida”.

Para o Papa Francisco, o clericalismo é uma perversão “que renega sempre a eleição gratuita de Deus, a aliança gratuita de Deus, a promessa de Deus.”⁵⁰ O clericalismo nega o Dom gratuito de Deus e o substitui pela posse. Deus se torna objeto de alguns poucos privilegiados que, não se abrem ao encontro com o outro. Neste sentido, o Papa Francisco fala que o clericalismo é uma “experiência distorcida do ministério. É a busca pessoa de querer ocupar, concentrar e determinar os espaços, minimizando e anulando a união do povo de Deus.”⁵¹ É uma perversão que fomenta vínculos funcionalistas, paternalistas, possessivos e até manipuladores com o restante das vocações na Igreja. Neste sentido, há uma perda da relação de pertença com o povo, o qual passa a ser visto como inferior. O clericalismo constitui um obstáculo para o desenvolvimento da maturidade e da responsabilidade cristã de uma boa parte do laicado”.⁵² É urgente formar ministros capazes de proximidade e de encontro, que saibam inflamar os corações, que enfrentem os desafios diários com alegria e esperança, que queiram propagar a luz do Evangelho, mesmo nas situações

⁵⁰ Celebração matutina transmitida ao vivo da capela da casa Santa Marta. Homilia do Papa Francisco: “não esqueçamos a gratuidade da revelação”. Sexta-feira, 13 de março de 2020.

⁵¹ Mensagem do Papa Francisco aos participantes do capítulo geral dos salesianos. Valdocco, 16 de fevereiro – 4 de abril de 2020.

⁵² Mensagem vídeo do Papa Francisco aos participantes na peregrinação-encontro no santuário dedicado a Nossa Senhora de Guadalupe na Cidade do México, 16-19 de novembro.

mais desafiantes. A proposta dos grupos bíblicos, das comunidades eclesiais de base e dos conselhos pastorais se colocam na linha de superação do clericalismo e de um crescimento da responsabilidade laical.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descobrimos, ao longo de nossa pesquisa, que o clericalismo é muito mais que a intervenção da Igreja em assuntos seculares. Ele é um conjunto de prática que denotam poder por parte do clero, e que são aceitas também pelos leigos que se submetem a estas ações. O clericalismo se fundamenta em uma compreensão equivocada do status ontológico e social do presbítero, diversas vezes sustentado pelo clericalismo dos leigos, que por vezes querem uma Igreja com características de ONG, que se ocupe de um proselitismo semanal e pouco engajado, a uma Igreja em saída, preocupada com os mais pobres.

O poder da Igreja reside no serviço aos mais pobres, àqueles que se encontram nas “periferias existenciais”. O poder baseado na força física ou ideológica, que obriga o outro a fazer a vontade daquele que o submete, não é algo compatível com as Sagradas Escrituras ou a Sagrada Tradição, mas algo aceito como natural na história da humanidade. Sendo assim, o poder é de natureza secular e não eclesial.

A pesquisa nos ajudou a compreender que não foi a Igreja que se aproximou do poder temporal, mas o poder temporal que se aproximou da Igreja. Como seus membros também são filhos de seu próprio tempo histórico, ter poder não era uma questão incompatível com o Evangelho, mas uma possibilidade de ampliação de sua área de influência. À medida que os estudos teológicos foram sendo aprofundados nos diversos Concílios ao longo do tempo, a Igreja se atentou para a compreensão de poder no sentido, não de imposição de força, mas de serviço.

Dando continuidade ao Concílio Vaticano II, que se abriu para as novas realidades da modernidade e para uma maior participação dos fiéis leigos nos diversos ministérios, o Papa Francisco, ciente das práticas autoritárias do clero, que por vezes também se envolveram em abusos de menores e crimes contra o erário da Igreja, ele decidiu condenar tais práticas, uma vez que elas rompem com Comunhão Eclesial.

Nossa pesquisa contribui para a compreensão do Clericalismo como um conjunto de práticas de poder centralizador e sutil, com forte caráter psicológico e ideológico, porém, com múltiplas características e formas de atuação.

O Estudo dos documentos do Concílio Vaticano II e o estudo dos documentos do Pontificado do Papa Francisco, poderão ajudar as Igrejas particulares a terem uma visão mais crítica do trabalho pastoral em suas paróquias, bem como ajudar seus administradores paroquiais ou párocos a trabalharem por uma Igreja mais acolhedora e missionária, capaz de escutar e decidir juntos.

Não há uma bibliografia especializada em Clericalismo, uma vez que se trata de um tema novo, pautado em um conjunto de práticas difusas. O fato de não haver um teórico defensor do clericalismo, dificulta a identificação e o diálogo com as fontes. Mesmo os documentos da Igreja não falam com clareza sobre o tema, embora o Papa Francisco fale, de maneira pontual, ao longo de seus discursos. Discussões acadêmicas e pastorais sobre o tema, incluindo a relação entre o clericalismo e abusos de menores; clericalismo e secularismo na pós-modernidade; poderão ajudar a realçar a importância do tema bem como auxiliar na construção de futuros artigos e pesquisas mais robustas.

O clericalismo não somente é um empecilho para a retomada de uma Igreja mais acolhedora, missionária e pobre, mas também é moralmente condenável por se tratar de uma forma de autoritarismo e centralização de poder, mesmo que a nível local. O autoritarismo é uma das formas mais “primitivas” de poder. Ele é contrário ao diálogo e à escuta, além de atentar contra a dignidade humana à medida em que desconsidera o outro como igual. Em uma Sociedade de Direito, em que o debate e a diversidade foram o resultado de conquistas históricas, não se tolera este tipo de prática. Além disso, em se tratando de Igreja, em que cada alma é única e importante, essa prática se torna ainda mais abominável.

Enfim, o clericalismo é uma prática de poder que rompe com a Comunhão eclesial, esvazia o sentido do Ministério Sagrado e reduz a Igreja a uma Instituição Secular. É preciso trabalhar com mais esmero este tema durante todo o processo formativo dos futuros candidatos às ordens sacras, coibindo qualquer postura sugestiva de tal prática: isso poderá ajudar na construção de uma Igreja Missionária, Acolhedora e Sensível às necessidades daqueles que se encontram nas *Periferias Existenciais*, cuja fome de justiça e paz deveremos saciar.

Sede da Sabedoria:

Rogai por Nós!

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A REGRA DE SÃO BENTO.** Rio de Janeiro: Edições Subiaco, 2013.
- ARIËS, Philippe. **História da Morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BECKHAUSER, Alberto. **Sacrosanctum Concilium:** texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.
- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** Nova edição revisada e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOFF, Clodovis M. **Escatologia:** breve tratado teológico-pastoral. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Narrativa, Sentido, História.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição dogmática Lumen Gentium.** Petrópolis: Vozes, 1983.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição dogmática Dei Verbum.** Petrópolis: Vozes, 1983.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição dogmática Presbyterorum Ordinis.** Petrópolis: Vozes, 1983.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição dogmática Sacrosanctum Concilium.** Petrópolis: Vozes, 1983.
- V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. **Documento de Aparecida.** São Paulo: Paulinas, 2012.
- CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. **Missal Cotidiano** – Missal da Assembléia Cristã. São Paulo: Paulus, 1998.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ESTATUTO DOS OBLATOS DA CONGREGAÇÃO BENEDITINA DO BRASIL.** Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 2022.
- FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium.** A alegria do Evangelho. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO, Papa. **Discurso do Santo Padre.** Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: papa-francesco.20130728.gmg-celam-rio%20-%20important%C3%ADssima. Acesso em: 11 jun.2024.
- FRANCISCO, Papa. **Carta do Papa Francisco ao povo de Deus.** Vaticano. 2018. Disponível em: papa-francesco.20180820.lettera-popolo-didio. Acesso em: 11 jun.2024.
- FRANCISCO, Papa. **Consequência do clericalismo.** 2020. Disponível em: papa-francesco.angelus.20201011%20-%20consequencia%20do%20clericalismo. Acesso em: 11 jun.2024.
- FRANCISCO, Papa. **Não esqueçamos a gratuidade da revelação.** 2020. Disponível em: papa-francesco-cotidie.20200313.pastori-accompagnino-popolodidio. Acesso em: 11 jun.2024.
- FRANCISCO, Papa. **O povo de Deus segue Jesus e não se cansa.** 2020. Disponível em: papa-francesco-cotidie.20200328.appartenenza-al-gregge. Acesso em: 11 jun.2024.
- FRANCISCO, Papa. **Discurso do Papa Francisco aos diáconos permanentes da diocese de Roma, com seus familiares.** 2021. Disponível em: 20210619-%20Francesco%20ai%20diaconi. Acesso em: 11 jun.2024.

FRANCISCO, Papa. **Para uma teologia fundamental do sacerdócio**. São Paulo 2022. Disponível em: [20220217-simposio-teologia-sacerdozio%20-%20leigos%20clericalizados](https://www.cefal.org.br/2022/01/20220217-simposio-teologia-sacerdozio-20-20leigos-20clericalizados). Acesso em: 11 jun.2024.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. **As 10 heresias do catolicismo atual**. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HOBBSAWM, Eric. J. **A Era do Capital**.1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOBBSAWM, Eric. J. **A Era das Revoluções**. Europa, 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

JOÃO PAULO II, Papa. **Codex Iuris Canonici**. São Paulo: Loyola, 2001.

PETROLINO, Enzo. **O diaconato no pensamento do Papa Francisco: uma Igreja pobre para os pobres**. Brasília: Edições CNBB, 2019.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **O que é o Homem?** Um Itinerário de antropologia bíblica. Brasília: Edições CNBB, 2022.

VALDOCCO. Mensagem do Papa Francisco aos participantes do capítulo geral dos salesianos. 2020. Disponível em: [papa-francesco_20200304_messaggio-salesiani-valdocco%20-%20tem%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20clericalismo](https://www.cefal.org.br/2020/03/20200304-messaggio-salesiani-valdocco-20-20tem-20a-20defini-20C3%A7-C3%A3o-20de-20clericalismo). Acesso em 11 jun. 2024.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: curso de história da Igreja IV**. São Paulo: Paulus, 1999.